



Boletim Trimestral de Concessões – 1.º Trimestre de 2019

U T A P

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	5
2. Factos relevantes.....	7
2.1 Sector Energético.....	7
2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural.....	7
3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário	9
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros	9
3.2 Evolução dos fluxos financeiros	9
3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º trimestre de 2019.....	9
4. Anexos	15

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga.....	5
Quadro 2 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga.....	10
Quadro 3 – Movimento de carga nas concessões portuárias no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga.....	10
Quadro 4 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga.....	14
Quadro 5 – Identificação das concessões no sector dos Portos.....	15
Quadro 6 – Identificação das concessões no sector das Águas.....	16
Quadro 7 – Identificação das concessões Hídricas.....	16
Quadro 8 – Identificação das concessões no sector do Gás Natural	17
Quadro 9 – Identificação das concessões no sector da Eletricidade	17
Quadro 10 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga.....	18
Quadro 11 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga.....	19

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2019.....	11
Gráfico 2 – Distribuição do valor das rendas das concessões portuárias, por Administração Portuária, no 1.º trimestre de 2019	12

Siglas

1T	1.º trimestre
1T 2018	1.º trimestre de 2018
1T 2019	1.º trimestre de 2019
2T	2.º trimestre
3T	3.º trimestre
4T	4.º trimestre
2019P	Previsão para 2019
AdP	AdP - Águas de Portugal
AdP, S.A.	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.
APDL	Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
<i>cfr.</i>	Conforme
DRE	Diário da República Eletrónico
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
EUR	Euro
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
n.a.	Não aplicável
n.d.	Não disponível
TCGL	Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos de Leixões
TCL	Terminal de Contentores de Leixões
TEU	<i>Twenty Feet Equivalent Unit</i> / Unidade equivalente a um contentor
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
USD	<i>United States dollar</i>
Δ 1T2019/1T2018	Variação ocorrida entre o 1.º trimestre de 2018 e o 1.º trimestre de 2019

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos investimentos e/ou das receitas líquidas com concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético e portos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos. Nessa medida, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores são apresentados numa ótica de *cash-flow*, a preços correntes do ano a que respeitam e, quando aplicável, incluem IVA à taxa legal em vigor à data, sendo os mesmos arredondados à unidade mais próxima;
- Relativamente ao sector portuário, os valores apresentados correspondem às melhores estimativas das respetivas Administrações Portuárias, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões¹ relativo ao 1.º trimestre de 2019, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos sectores portuário, energético e das águas e resíduos, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

Relativamente aos fluxos financeiros do sector público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2019	Peso no Total (1T)	1T2018	Δ 1T2019 / 1T2018	2019 P	% Execução
Douro e Leixões	7 567	42%	6 769	12%	26 965	28%
Sines	4 561	25%	4 098	11%	22 310	20%
Lisboa	4 174	23%	4 159	0%	14 266	29%
Setúbal	1 663	9%	1 606	4%	7 126	23%
Aveiro	138	1%	188	-27%	579	24%
Total	18 103	100%	16 820	8%	71 246	25%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No 1.º trimestre de 2019, o valor das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários concessionados, ascendeu a cerca de 18,1 milhões de euros, representado um acréscimo, de aproximadamente 8%, face ao período homólogo anterior. Destacam-se, *(i)* pela sua importância em termos de peso relativo no total das receitas portuárias (42%), o caso dos portos do Douro e Leixões, e *(ii)* pelo seu contributo

¹ Considerando, neste universo, um conjunto de contratos de natureza concessória que tradicionalmente vêm sendo reportados pela Tutela Financeira do Estado, independentemente de os mesmos configurarem ou não contratos de parceria público privada para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

para a evolução global das receitas verificada no trimestre, os portos do Douro e Leixões, os quais registaram no seu conjunto um aumento de cerca de 798 milhares de euros de receitas face ao período homólogo anterior, e o porto de Sines que apresentou um acréscimo, de cerca de 463 milhares de euros, face ao 1.º trimestre de 2018.

Em linha com a evolução verificada ao nível das receitas, assistiu-se também a um acréscimo, no mesmo período, do movimento global de mercadorias dos terminais concessionados.

Neste contexto, importa, contudo, referir que, embora a variação da carga movimentada tenha influência na evolução dos fluxos financeiros, não constitui o único fator explicativo desta última, destacando-se, a este respeito, o facto de, por um lado, parte dos fluxos financeiros respeitarem à componente fixa das rendas pagas pelas concessionárias (não dependente da carga movimentada), e, por outro lado, os valores reportados dizerem respeito a fluxos financeiros e não a valores faturados, podendo, portanto, referir-se a valores de faturação (e, por conseguinte, de cargas movimentadas) relativos a períodos anteriores.

2. Factos relevantes

2.1 Sector Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural

Relativamente às atividades reguladas dos sectores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, importa destacar os seguintes eventos ocorridos durante o 1.º trimestre de 2019:

- Publicação da Diretiva n.º 1/2019, de 3 de dezembro de 2018², que promove a primeira alteração ao manual de procedimentos do mecanismo de gestão conjunta da interligação Portugal-Espanha;
- Publicação da Diretiva n.º 2/2019, de 3 de dezembro de 2018³, que aprova o aviso do Gestor Técnico Global sobre garantias no âmbito da adesão à Gestão Técnica Global do Sistema Nacional de Gás Natural;
- Publicação do Regulamento n.º 76/2019, de 13 de dezembro de 2018⁴, que aprova a primeira alteração ao regulamento tarifário do setor elétrico;
- Publicação da Diretiva n.º 5/2019, de 17 de dezembro de 2018⁵, que aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2019;
- Publicação da Diretiva (extrato) n.º 3/2019, de 21 de dezembro de 2018⁶, que aprova os perfis de perdas aplicáveis em 2019;
- Publicação da Diretiva n.º 4/2019, de 28 de dezembro de 2018⁷, que aprova as regras do projeto piloto de participação do consumo no mercado de reserva de regulação;
- Publicação da Diretiva (Extrato) n.º 6/2019, de 4 de janeiro⁸, que aprova os perfis de consumo, de produção e de autoconsumo aplicáveis em 2019;
- Publicação da Lei n.º 5/2019, de 11 de janeiro⁹, que aprova o regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor;

² Publicada no *Diário da República*, n.º 4, 2.ª série, de 7 de janeiro de 2019.

³ Publicada no *Diário da República*, n.º 4, 2.ª série, de 7 de janeiro de 2019.

⁴ Publicado no *Diário da República*, n.º 13, 2.ª série, de 18 de janeiro de 2019.

⁵ Publicada no *Diário da República*, n.º 13, 2.ª série, de 18 de janeiro de 2019.

⁶ Publicada no *Diário da República*, n.º 8, 2.ª série, de 11 de janeiro de 2019.

⁷ Publicada no *Diário da República*, n.º 10, 2.ª série, de 15 de janeiro de 2019.

⁸ Publicada no *Diário da República*, n.º 13, 2.ª série, de 18 de janeiro de 2019.

- Publicação do Decreto-Lei n.º 10/2019, de 18 de janeiro¹⁰, que altera o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa;
- Publicação da Portaria n.º 43/2019, de 31 de janeiro¹¹, que altera o artigo 7.º da Portaria n.º 102/2015, de 7 de abril, na redação dada pela Portaria n.º 246/2018, de 3 de setembro, relativa aos critérios de atribuição da autorização para a instalação do sobre equipamento; e
- Publicação da Diretiva n.º 7/2019, de 31 de janeiro¹², que aprova a formação do preço da banda de regulação secundária.

⁹ Publicada no *Diário da República*, n.º 8, 1.ª série, de 11 de janeiro de 2019.

¹⁰ Publicado no *Diário da República*, n.º 13, 1.ª série, de 18 de janeiro de 2019.

¹¹ Publicada no *Diário da República*, n.º 22, 1.ª série, de 31 de janeiro de 2019.

¹² Publicada no *Diário da República*, n.º 40, 2.ª série, de 26 de fevereiro de 2019.

3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do sector público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que, nos fluxos financeiros apresentados, não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas autoridades portuárias nestas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º trimestre de 2019

No 1.º trimestre de 2019, o valor das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários concessionados, ascendeu, em termos globais, a cerca de 18,1 milhões de euros, representando um acréscimo, de cerca de 8%, face ao valor auferido no período homólogo de 2018.

Em linha com a evolução verificada ao nível das receitas, assistiu-se a um acréscimo, no mesmo período, do movimento global de mercadorias dos terminais concessionados, de cerca de 2%, em virtude do incremento registado na maioria dos portos analisados, à exceção dos portos de Lisboa e de Aveiro (*cfr. Quadro 3 seguinte*).

Quadro 2 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2019	Peso no Total (1T)	1T2018	Δ 1T2019 / 1T2018
Douro e Leixões	7 567	42%	6 769	12%
Sines	4 561	25%	4 098	11%
Lisboa	4 174	23%	4 159	0%
Setúbal	1 663	9%	1 606	4%
Aveiro	138	1%	188	-27%
Total	18 103	100%	16 820	8%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 3 – Movimento de carga nas concessões portuárias no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário	1T2019	Peso no Total (1T)	1T2018	Δ 1T2019 / 1T2018
Douro e Leixões	4 486 819	24%	4 329 571	4%
Sines	10 605 292	57%	10 289 095	3%
Lisboa	2 387 247	13%	2 462 505	-3%
Setúbal	1 108 491	6%	1 040 222	7%
Aveiro	131 244	1%	152 910	-14%
Total	18 719 092	100%	18 274 303	2%

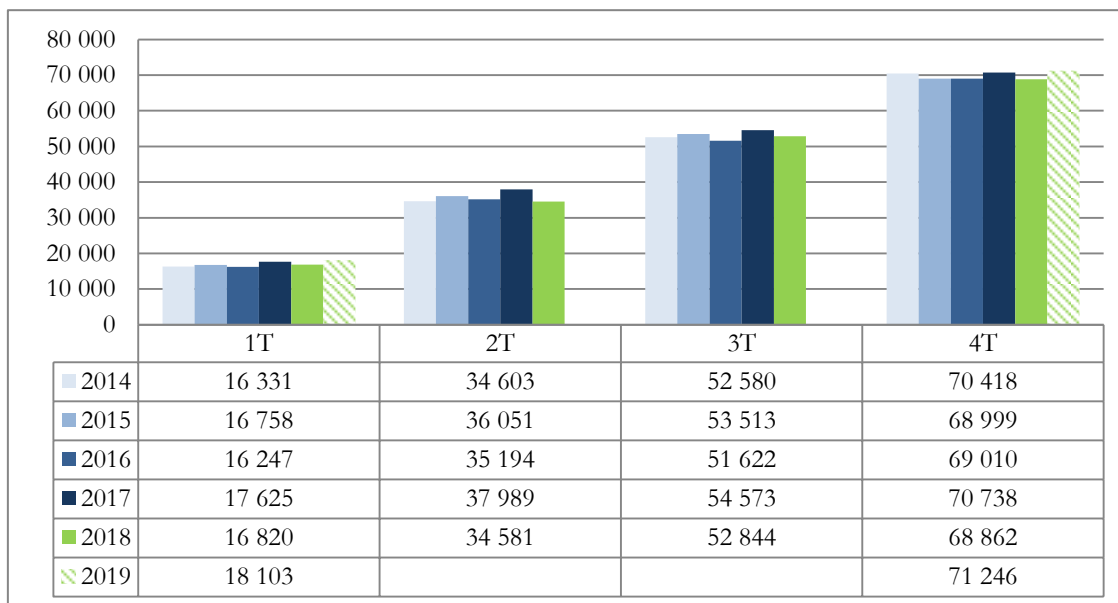
Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como evidenciado no *Quadro 2* anterior, a referida evolução global dos fluxos financeiros resulta, essencialmente, do acréscimo das rendas auferidas pelas Administrações Portuárias do Douro e Leixões (+12%) e de Sines (+11%), as quais registaram, em conjunto, um aumento de cerca de 1,3 milhões de euros face ao período homólogo anterior.

No *Gráfico 1* seguinte, apresenta-se a evolução anual das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre, desde 2014, sendo possível constatar uma tendência de ligeira melhoria das receitas anuais, entre 2015 e 2017, a qual deverá ser, de certa forma, reflexo da evolução positiva que se tem vindo a registar ao nível da movimentação global de mercadorias nos portos objeto de análise. No decorrer do ano de 2018, assistiu-se a uma inversão da tendência, tendo as receitas apresentado um decréscimo, reflexo da evolução negativa que se registou ao nível da movimentação global de mercadorias nos respetivos portos.

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2019

Valores em milhares de euros



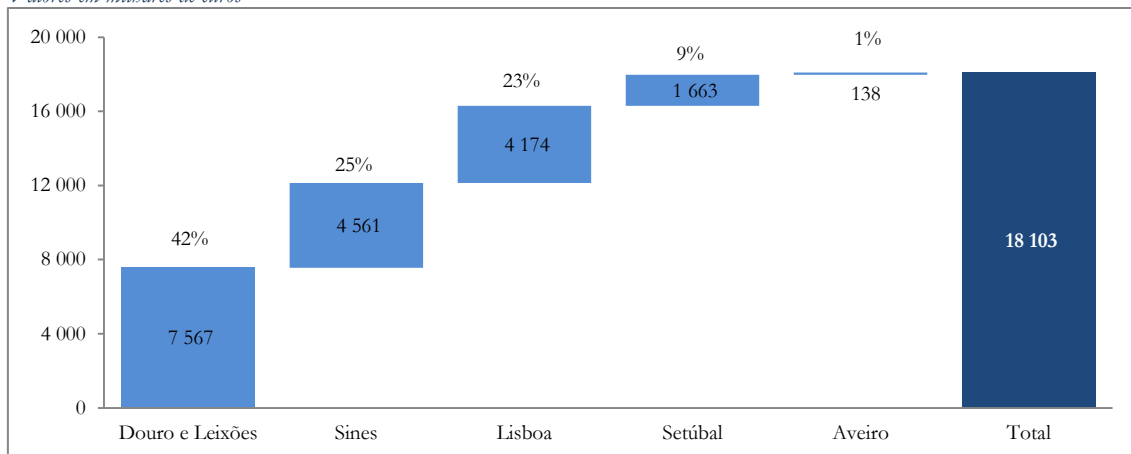
Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: O valor apresentado no 4.º trimestre de 2019 corresponde ao valor previsional para o ano de 2019.

Em termos de peso relativo nas receitas totais, os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões mantiveram, no trimestre em análise, a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 42% destas, seguindo-se, em termos de ordem de importância, os terminais portuários concessionados dos portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 25% e 23%, respetivamente (*cfr. Quadro 2 anterior e Gráfico 2 seguinte*).

Gráfico 2 – Distribuição do valor das rendas das concessões portuárias, por Administração Portuária, no 1.º trimestre de 2019

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se verifica no *Quadro 4* seguinte, o valor das rendas auferidas, no 1.º trimestre de 2019, pela Administração Portuária dos portos do Douro e Leixões foi superior, em cerca de 798 milhares de euros, face ao registado no período homólogo anterior. Esta evolução é justificada, em grande medida, pelo aumento do valor das receitas relativas ao Terminal de Contentores de Leixões, de aproximadamente 17%, em virtude do acréscimo registado ao nível do movimento de carga contentorizada, bem como da carga total movimentada, de 17% e 18% respetivamente, face ao 1.º trimestre de 2018.

Do mesmo modo, assistiu-se a um aumento, de aproximadamente 463 milhares de euros, das receitas auferidas pela Administração Portuária de Sines, quando comparado o 1.º trimestre de 2019 com o período homólogo anterior. Esta evolução é justificada, em grande medida, pelo incremento das receitas relativas ao Terminal de Contentores de Sines XXI, em resultado do acréscimo registado tanto ao nível do movimento de carga contentorizada (+16%), como da carga total movimentada (+12%), bem como do facto de a taxa de câmbio USD/EUR ter sido inferior comparativamente com o trimestre homólogo anterior¹³, mas também pelo aumento, ainda que menos expressivo, das receitas relativas ao Terminal Multipurpose de Sines (+8%) em resultado do aumento, em 2019, da taxa variável estipulada no respetivo contrato, bem como de uma correção efetuada relativamente às receitas de 2018.

¹³ Nos termos contratuais atualmente em vigor, o valor das taxas a cobrar à concessionária está definido em USD, sendo posteriormente convertido para EUR.

O valor das receitas relativas ao porto de Setúbal¹⁴ apresentou também, no trimestre em apreço, um acréscimo, de cerca de 57 milhares de euros, face ao registado no período homólogo anterior, em resultado do efeito conjugado do aumento generalizado das quantidades movimentadas nos terminais do porto com o aumento da faturação das taxas variáveis entre os referidos períodos homólogos, impulsionado pela atualização, prevista nos respetivos contratos de concessão.

As rendas auferidas pela Administração Portuária de Lisboa, no trimestre em apreço, foram superiores, em cerca de 16 milhares de euros, ao valor registado no período homólogo de 2018, tendo este aumento permitido o acréscimo das receitas do Terminal de Contentores de Santa Apolónia – em resultado tanto do maior nível de movimentação de carga contentorizada, como do maior nível da carga total movimentada –, do Terminal de Granéis Alimentares de Palença e do Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria, sido mitigado pelo decréscimo das rendas do Terminal Multiusos do Beato e do Terminal Multipurpose de Lisboa¹⁵, por via da redução registada tanto ao nível movimentação de carga contentorizada como ao nível da carga total movimentada.

Por último, a Administração Portuária de Aveiro registou, no 1.º trimestre de 2019, uma redução das receitas, de aproximadamente 51 milhares de euros, face ao valor registado no período homólogo anterior, devido fundamentalmente ao decréscimo das rendas relativas ao Serviço de Reboque Aveiro, devido ao do desfasamento temporal verificado na emissão das faturas referentes ao acerto da renda variável¹⁶.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas, no trimestre em análise, pelas Administrações Portuárias, em cada um dos terminais concessionados.

¹⁴ Importa referir que, no caso deste porto, os fluxos financeiros têm por base o movimento de mercadorias dos terminais concessionados no trimestre imediatamente anterior àquele que se encontra em análise.

¹⁵ Salienta-se que o valor do 1.º trimestre de 2019 apresenta valores relativos a acertos no ano anterior.

¹⁶ Note-se que o acerto na renda variável é, tal como previsto contratualmente, efetuado a favor da Administração Portuária, em função dos rendimentos obtidos no exercício anterior.

Quadro 4 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Valores em milhares de euros							
Setor Portuário	1T2019	Peso no Total (1T)	1T2018	Δ 1T2019/ 1T2018	2019 P	% Execução	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	5 001	28%	4 287	17%	17 109	29%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	719	4%	664	8%	2 617	27%
	Silos de Leixões	52	0%	54	-4%	199	26%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	1 560	9%	1 525	2%	6 076	26%
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	165	1%	165	0%	661	25%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	27	0%	33	-20%	182	15%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	14	0%	14	1%	28	51%
	Exploração Turística-Hoteleira	0	0%	0	n.a.	0	n.a.
	Exploração de Restaurante e Bar	23	0%	20	15%	82	29%
	Marina de Gaia	6	0%	5	1%	11	51%
Subtotal Douro e Leixões		7 567	42%	6 769	12%	26 965	28%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	822	5%	539	52%	7 864	10%
	Terminal Multipurpose de Sines	1 240	7%	1 149	8%	4 649	27%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	118	1%	109	8%	465	25%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	254	1%	196	29%	826	31%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	2 127	12%	2 104	1%	8 507	25%
Subtotal Sines		4 561	25%	4 098	11%	22 310	20%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	574	3%	627	-8%	2 713	21%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1 871	10%	1 608	16%	6 538	29%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	501	3%	621	-19%	385	130%
	Terminal Multiusos do Beato	259	1%	547	-53%	1 217	21%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	197	1%	166	19%	767	26%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	245	1%	174	41%	898	27%
	Terminal de Granéis Alimentares do Beato	201	1%	198	2%	722	28%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	202	1%	111	81%	564	36%
	Terminal do Barreiro	23	0%	25	-7%	98	23%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	90	0%	71	26%	327	28%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	11	0%	11	1%	37	31%
Subtotal Lisboa		4 174	23%	4 159	0%	14 266	29%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	491	3%	455	8%	2 053	24%
	Terminal Multiusos Zona 2	1 036	6%	1 016	2%	4 533	23%
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	88	0%	95	-8%	381	23%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	49	0%	40	21%	159	30%
Subtotal Setúbal		1 663	9%	1 606	4%	7 126	23%
Aveiro	Terminal Sul de Aveiro	89	0%	88	0%	351	25%
	Serviço de Reboque Aveiro	49	0%	100	-51%	228	21%
Subtotal Aveiro		138	1%	188	-27%	579	24%
Total		18 103	100%	16 820	8%	71 246	25%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

4. Anexos

Quadro 5 – Identificação das concessões no sector dos Portos

Sector Portuário	Concessionário	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento Concessionária (M€) ⁽¹⁾	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A.	2000	25	57
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Granéis de Leixões, S.A.	2001	25	38
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal, Lda.	2007	25	5
	Terminal de Produtos Petrolíferos	Petrogal, S.A.	2006	25	n.d.
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, S.A.	2001	15+5 ⁽²⁾	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25+7+10 ⁽³⁾	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários, S.A.	2001	20 ⁽⁴⁾	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portugália, S.A.	2000	20	n.d.
Marina de Gaia	M. Couto Alves - Marina de Gaia, Lda.	2010	30	n.d.	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	2001	25	8
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.	2014	5 + 5 ⁽⁵⁾	5
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores, S.A.	1984	⁽⁶⁾	35
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A.	2000	20	40
	Terminal Multipurpose de Lisboa	TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda.	2015	6	7
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, S.A.	2000	20	4
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, S.A.	2000	20	5
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A.	1995	30	3
	Terminal de Granéis Alimentares do Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A.	1995	30	87
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	2
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, S.A.	1995	30	24
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	0
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	0	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A.	2004	20	10
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A.	2004	20	12
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, S.A.	1995	25	11
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, S.A.	2003	25	4
Sines	Terminal Contentores de Sines	PSA Sines - Terminais de Contentores, S.A.	1999	30	246
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	1992	25+5 ⁽⁷⁾	90
	Terminais Petroléiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	2003	10+5+5 ⁽⁸⁾	5
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, S.A.	2002	20	25
	Terminal de Granéis Líquidos e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	2008	30	73
Total				798	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2018 pelos parceiros privados.

⁽²⁾ O contrato foi renovado até 17 de maio de 2021.

⁽³⁾ Em março de 2018 foi celebrado o segundo aditamento ao contrato de concessão, mediante o qual o respetivo prazo foi estendido até 31 de dezembro de 2027.

⁽⁴⁾ Em abril de 2015 a APDL praticou o ato administrativo de resolução do contrato de concessão celebrado com a Dourocais – Investimentos Imobiliários, S.A. e tomada de posse administrativa do Cais de Gaia, tendo a Dourocais – Investimentos Imobiliários, S.A. instaurado uma providência cautelar contra a APDL com vista a impedir a execução do referido ato administrativo, à qual a APDL apresentou oposição. Em fevereiro de 2016, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga emitiu um Despacho a suspender a instância, tendo a decisão final proferida pelo Tribunal Central Administrativo Norte sido favorável à APDL, neste seguimento a Dourocais apresentou recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, pelo que a APDL apresentou contra-alegações, aguardando-se assim a decisão do Tribunal Central Administrativo Norte.

⁽⁵⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 5 anos, foi prorrogado por mais 5 anos (com início a 1 de fevereiro de 2019), por via de deliberação do Conselho de Administração da Administração Portuária do Porto de Aveiro, no dia 30 de novembro de 2018.

⁽⁶⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3 de março de 2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho, em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade. Encontra-se em curso o processo de renegociação desta concessão.

⁽⁷⁾ Encontra-se a decorrer a prorrogação automática do contrato, que teve início em 2 de maio de 2017 e que terminará a 1 de maio de 2022.

⁽⁸⁾ Encontra-se a decorrer a prorrogação do contrato, que teve início em 1 de junho de 2018 e que terminará a 31 de maio de 2023.

Quadro 6 – Identificação das concessões no sector das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Águas do Algarve, S.A. ⁽²⁾	2001	30	630
Águas do Norte, S.A. ⁽²⁾	2015	30	2.072
Águas do Centro Litoral, S.A. ⁽²⁾	2015	30	622
Águas de St.º André, S.A.	2001	30	104
Águas Públicas Alentejo, S.A. ^{(2) e (3)}	2009	50	125
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽³⁾	2009	50	192
Águas do Douro e Paiva, S.A. ⁽⁴⁾	2017	20	5
SIMDOURO, S.A. ⁽⁴⁾	2017	50	4
Águas do Tejo Atlântico, S.A. ⁽⁵⁾	2017	30	12
SIMARSUL, S.A. ⁽⁵⁾	2017	30	2
Águas do Vale do Tejo, S.A. ⁽⁶⁾	2017	30	1.984
TOTAL			5.752

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2018.

⁽²⁾ No seguimento do Programa do XIX Governo Constitucional, foram reorganizadas as operações do grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras, nomeadamente: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve, através pelos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, 93/2015, e 94/2015, todos de 29 de maio.

⁽³⁾ Parceria Estado-Autarquias.

⁽⁴⁾ Sociedade criada pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, na sequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte (anteriormente criado por via da agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio).

⁽⁵⁾ Sociedade criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, na sequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (anteriormente criado por via da agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio).

⁽⁶⁾ Sociedade sucessora da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada por via do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e redenominada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Como tal, os valores apresentados incluem o investimento acumulado realizado nos diversos sistemas municipais anteriormente agregados à sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

Quadro 7 – Identificação das concessões Hídricas

Sector Hídrico	Concessionário	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2008	79	437
Sistema Electroprodutor do Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70	416
Total				853

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2018.

Quadro 8 – Identificação das concessões no sector do Gás Natural

Sector da Energia - Gás Natural	Concessionária	Ano	Prazo	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	207
Receção e Armazenamento Subterrâneo Gás Natural (Carriço/ Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	146
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	200
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Carriço / Pombal)	Transgás Armazenagem, Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	2006	40	19
Distribuição Regional de Gás Natural do Sul	Setgás – Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	49
Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	107
Distribuição Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás – Comp. de Gás do Centro, S.A.	2008	40	82
Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2008	40	38
Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2008	40	27
Distribuição Regional de Gás Natural do Litoral Norte	REN Portgás Distribuição, S.A. ⁽²⁾	2008	40	248
Total				1.124

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2018. Os valores referentes ao ano de 2018 correspondem às melhores estimativas da ERSE, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

⁽²⁾ Empresa adquirida pela REN Gás S.A. (4 de outubro de 2017), anteriormente denominada por EDP Gás Distribuição, S.A..

Quadro 9 – Identificação das concessões no sector da Eletricidade

Sector da Energia - Electricidade	Concessionária	Ano	Prazo	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Rede Eléctrica Nacional - Atividade de Transporte Energia Eléctrica	REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	2007	50	3.050
Exploração da Rede Nacional de Distribuição de Electricidade	EDP - Distribuição Energia, S.A.	2009	35	6.183
Exploração da Zona Piloto para a produção de energia das ondas do mar	Enondas, Energia das Ondas, S.A.	2010	45	3
Total				9.236

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2018. Os valores referentes ao ano de 2018 correspondem às melhores estimativas da ERSE, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

Quadro 10 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Setor Portuário		1T2019	Peso no Total (1T)	1T2018	Δ 1T2019 / 1T2018
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1 713 713	9%	1 459 905	17%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	823 770	4%	771 143	7%
	Silos de Leixões	173 622	1%	179 299	-3%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	1 758 484	9%	1 901 853	-8%
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	13 620	0%	15 174	-10%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	3 610	0%	2 197	64%
Subtotal Douro e Leixões		4 486 819	24%	4 329 571	4%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	5 343 632	29%	4 751 622	12%
	Terminal Multipurpose de Sines	1 219 851	7%	1 213 881	0%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	4 041 809	22%	4 323 592	-7%
Subtotal Sines		10 605 292	57%	10 289 095	3%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	284 295	2%	430 164	-34%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	479 592	3%	418 409	15%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	282 640	2%	269 400	5%
	Terminal Multiusos do Beato	96 027	1%	85 704	12%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	149 931	1%	166 821	-10%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	413 348	2%	352 454	17%
	Terminal de Granéis Alimentares do Beato	128 913	1%	152 994	-16%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	276 509	1%	325 899	-15%
	Terminal do Barreiro	127 002	1%	127 958	-1%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	148 990	1%	132 702	12%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0	0%	0	n.a.
Subtotal Lisboa		2 387 247	13%	2 462 505	-3%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1				
	Contentores	34 662	0%	3 890	791%
	Carga Geral e Granéis	348 995	2%	324 132	8%
	Outros	2 149	0%	11 424	-81%
	Subtotal	385 806	2%	339 446	14%
	Terminal Multiusos Zona 2				
	Contentores	373 851	2%	394 149	-5%
	Carga Geral + Outros	146 382	1%	108 300	35%
	Subtotal	520 233	3%	502 449	4%
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	156 197	1%	153 747	2%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	46 255	0%	44 580	4%
Subtotal Setúbal		1 108 491	6%	1 040 222	7%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	131 244	1%	152 910	-14%
	Subtotal Aveiro	131 244	1%	152 910	-14%
Total		18 719 092	100%	18 274 303	2%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: Os valores apresentados incluem carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos, quando aplicável.

Quadro 11 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2019 e respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Setor Portuário		1T2019	Peso no Total (1T)	1T2018	Δ 1T2019 / 1T2018
Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	169 147	23%	143 180	18%
	Subtotal Leixões	169 147	23%	143 180	18%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	436 032	58%	375 129	16%
	Subtotal Sines	436 032	58%	375 129	16%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	29 283	4%	39 089	-25%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	44 574	6%	38 121	17%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	31 780	4%	29 367	8%
	Terminal Multiusos do Beato	0	0%	0	n.a.
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	381	0%	2 762	-86%
	Terminal do Barreiro	0	0%	0	n.a.
	Subtotal Lisboa	106 018	14%	109 339	-3%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	4 640	1%	104	4362%
	Terminal Multiusos Zona 2	33 359	4%	37 997	-12%
	Subtotal Setúbal	37 999	5%	38 101	0%
Total		749 196	100%	665 749	13%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.